



EDITORIAL

A Revista Universo Contábil (RUC) segue sua missão de disseminar conhecimento científico à sociedade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Contabilidade. Com a publicação deste segundo número do ano de 2020, pretende-se abordar temas relacionados à regulação da Contabilidade e seus efeitos; às diferenças entre lucro contábil e lucro fiscal e seus efeitos sobre o *rating* de empresas; à compreensibilidade das informações contábeis divulgadas; e à relevância dos ativos intangíveis para o mercado acionário brasileiro. Na área de contabilidade pública, esta edição apresenta um estudo sobre uma análise gerencial do desempenho econômico e fiscal dos municípios brasileiros. Fechando este segundo número, apresentamos um artigo que contempla uma revisão sistemática da literatura sobre *financial well-being*. Desta forma, a RUC busca proporcionar a seus leitores artigos científicos em diversas áreas da Ciência Contábil, que possam contribuir para as discussões acadêmicas sobre os diversos temas, bem como servir de suporte teórico para pesquisas futuras.

O primeiro artigo, de autoria de Cappellesso, Niyama e Rodrigues, trata da influência da regulação na qualidade das informações contábeis. Os autores buscam discutir, de forma teórica, como a regulação da contabilidade pode influenciar a qualidade das informações contábeis divulgadas ao mercado de capitais. Sustentam que essa influência ocorre mediante os papéis de monitoramento, normatização e *enforcement* da regulação, os quais seriam complementares. Por fim, os autores concluem que o efeito da regulação sobre a qualidade da informação contábil pode variar entre os países, dependendo do nível de *enforcement*.

Analisar a relação entre os diferentes tipos de *Book-Tax Differences* (BTD) e o *rating* de empresas foi o objetivo do estudo de Barbosa e Costa. As autoras analisaram companhias abertas de 54 países no período de 2001 a 2016. Os resultados apontam que a BTD fornece informação útil às agências de *rating*, em suas avaliações de risco de crédito. O estudo remete a reflexões sobre os efeitos das manipulações de lucro contábil e lucro fiscal, com possíveis consequências negativas para as empresas.

O terceiro artigo desta edição, de autoria de Telles e Salotti, analisa a inteligibilidade das notas explicativas, como uma alternativa aos estudos sobre legibilidade. Esta última é considerada uma medida superficial de compreensibilidade dos relatórios. Os resultados apontam para uma associação negativa entre legibilidade e inteligibilidade, pois relatórios com piores níveis de legibilidade, apresentam melhores níveis de inteligibilidade. Os autores ainda apontam que o idioma afeta essas métricas. Sugerem que pesquisadores analisem outros relatórios, como os de auditoria, entre outros. Portanto, levantam uma discussão interessante sobre o conteúdo informacional dos relatórios e sua respectiva compreensibilidade.

Na área da contabilidade pública, o quarto artigo analisa o desempenho dos municípios brasileiros, em uma perspectiva de suas realidades econômica e fiscal, por meio do efeito *flypaper*. Este efeito é um fenômeno que avalia o descompasso na execução orçamentária e financeira dos entes federativos. Estabelece que o recebimento de transferências fiscais incondicionais e sem contrapartida

resulta em aumento das despesas públicas locais proporcionalmente maior do que um aumento equivalente na renda pessoal. Os autores Paz, Serrano e Ferreira analisaram dados de 5.570 municípios, no período de 2005 a 2018. Seus resultados indicam que a realidade econômica e fiscal dos municípios brasileiros no período não se alinha aos preceitos do efeito *flypaper*. Os autores levantam então algumas questões que podem ser debatidas, como o possível receio de gestores públicos na execução de gastos correntes em decorrência dos repasses do governo federal.

Pacheco e Rover analisam a relevância da natureza dos ativos intangíveis para o mercado acionário. O diferencial deste estudo consiste na análise da relevância da natureza dos intangíveis, considerando que alguns estão relacionados diretamente com a atividade principal da empresa, enquanto outros são apenas ativos de suporte. Os resultados da análise de 301 empresas no período de 2010 a 2017 apontam para um aumento dos intangíveis ao longo do período analisado. Além disso, o *goodwill*, os ativos de concessão e os intangíveis em serviço foram os mais relevantes. Os autores concluem que desde 2010, com a adoção das normas contábeis internacionais, bem como com o esforço das empresas em evidenciar seus intangíveis, o processo de criação de valor para a empresa tem se refletido no valor de mercado.

Para finalizar este segundo número de 2020, apresentamos um artigo de revisão sistemática da literatura, desenvolvido por Kreutz, Vieira, Dutra e Silva. Esses autores analisaram o estado da arte da pesquisa sobre o bem estar financeiro (*financial well-being*). O estudo analisou publicações internacionais do período de 1960 a 2018. A análise final contemplou 78 artigos sobre o tema. Os resultados apontaram que o bem-estar financeiro está associado a variáveis demográficas e socioeconômicas, como sexo, etnia, idade, renda, escolaridade e estado civil; além de fatores comportamentais, como atitude em relação ao endividamento e alfabetização financeira. Apesar do avanço das pesquisas sobre *financial well-being* nos últimos anos, os autores concluem que ainda há espaços e desafios a serem tratados sobre o tema.

Com base na publicação desses estudos, a RUC espera contribuir para o surgimento de novas pesquisas sobre os temas abordados neste número. Agradecemos aos autores e avaliadores por sua valiosa contribuição! Desejamos a todos excelente leitura.

Saudações
Roberto Carlos Klann (Editor Geral)